



Fundação São Paulo - Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

CNPJ nº 60.990.751/0001-24



Relatório da Administração

O hospital caracteriza-se como um dos principais centros de atendimento à população de Sorocaba e região, conforme demonstra o quadro a seguir:

	12/2015	12/2014
Número de consultas ambulatoriais	67.547	51.726
Número de internações	12.863	12.936
Número de cirurgias	7.766	7.893
Número de partos	3.437	3.233
Número de exames laboratoriais	107.296	97.300
Número de exames complementares e de imagem	22.409	18.092

Desses atendimentos, mais de 70% foram realizados através do Sistema Único de Saúde - SUS, privilegiando a população carente da região.

O Hospital possui 152 leitos (incluindo as UTIs), sendo que neste exercício obteve 77,56% de taxa de ocupação geral, sendo que a taxa de ocupação SUS foi de 90,81%.

O HSL contratualizou sua produção SUS com o gestor municipal em novembro de 2013. No plano operativo assistencial pactuou as ofertas para a prestação de serviços ao município. Ao longo de 2015 realizou o acompanhamento e reavaliou o cumprimento das demandas, metas e indicadores pactuados.

O Hospital Santa Lucinda foi também reconhecido como Hospital Estratégico pela Secretaria da Saúde do Governo do Estado de São Paulo.

Na Saúde Suplementar estreitou com as operadoras as discussões sobre revisão contratual (incluindo cláusula de reajuste, entre outros), atendendo as exigências da ANS. Tem como objetivo para 2016 iniciar o processo de obtenção da Certificação de Qualidade, tendo em vista os Critérios de qualidade considerados para fins de aplicação do inciso II, do art.4º da Instrução Normativa - IN nº 61, de 4 de dezembro de 2015, da Diretoria de Desenvolvimento Setorial - DIDES, da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Dos eventos de grande relevância, ocorridos em 2015, temos:

- Execução das Emendas Parlamentares;
- Avanços para conquista do AVCB;
- Manutenção do HSL no programa SUSentáveis (c/ contingência de 10%);
- Revitalização dos leitos SUS;
- Reconhecimento da OPL HSL como serviços exclusivos para o município;
- Ampliação de pontos de coleta de cupom fiscal (passamos de 09 para mais de 30 pontos);
- Reforma Salas de Aula (patrocínio);
- Reforma Refeitório funcionários e acompanhantes;
- Finalização da estrutura p/ aplicação projeto ampliação leitos (Conforto/Depósito/Lactário);
- Visita PNAAS (Programa Nacional de Auditoria Serviços de Saúde);
- Preparação para Obtenção do IHAC (Incentivo Hospital Amigo da Criança);
- Processo de Implantação do sistema de custos;
- Indicação do HSL no incentivo pró-residência.

Em 2015 foi reavaliado o Planejamento Estratégico 2015/2016, o qual define as diretrizes para o próximo biênio. Nesta ocasião os gestores e coordenadores do HSL reavem os eixos de predominância desenvolvimento/administrativa e definem os objetivos que deverão ser alcançados mediante implementação de projetos.

3) Divisão de Educação e Reabilitação dos Distúrbios da Comunicação

A DERDIC, Unidade Suplementar da PUC-SP, vinculada academicamente à Faculdade de Ciências Humanas e da Curso de Certificação CISCO "IT Essentials".

O atendimento clínico e os programas educacionais são voltados para uma população de vulnerabilidade socioeconômica e abrangem todas as faixas etárias.

Seus 105 profissionais oferecem formação educacional e atendimento clínico de excelência, a uma clientela majoritariamente de baixa renda, além de produzir pesquisa com padrão internacional e de prestar assessoria às organizações afins.

A DERDIC atendeu no ano de 2015:

- 96 crianças e jovens em educação regular da Educação Infantil e Ensino Regular;
- 98 adolescentes/jovens e adultos surdos nas Oficinas de Leitura e Escrita;
- 200 beneficiários em workshops de Treinamento de Língua Brasileira de Sinais (Libras) à pessoa jurídica;
- 579 alunos em Cursos Livres de Língua Brasileira de Sinais pessoa física;
- 30 atendimentos de interpretação para diversas empresas e órgãos públicos;
- 60 alunos nos Programas de Empregabilidade para Surdos. Curso Aprendiz e Colocação Assistida;
- 29 alunos no Curso de Certificação CISCO "IT Essentials";
- O Centro de Audição, Voz e Linguagem, Centro de Audição CEAC e Serviço Social foram responsáveis pelos seguintes atendimentos:
- 649 atendimentos inteiramente gratuitos ao "Grupo de Orientação aos usuários e familiares referente às implicações sociais no uso de aparelhos de amplificação sonora (AASI)";
- 14.825 atendimentos clínicos em saúde auditiva;
- 2.392 atendimentos nas áreas de voz e linguagem com processo de diagnóstico e terapia;
- 409 atendimentos realizados pelo Serviço Social em Grupos de Intervenções aos usuários com perda auditiva, familiares e cuidadores voltado aos indivíduos em situação de vulnerabilidade;
- 28.500 procedimentos (diagnóstico e tratamento) por ano;
- 2.469 aparelhos auditivos entregues (convênio SUS) por ano.

4) Desempenho operacional no último quadriênio (2015/2012)

	31/12/15	31/12/14	31/12/13	31/12/12
Receitas				
Mensalidades - Graduação	352.868	325.232	306.376	290.253
Bolsas de Estudo - Graduação	(80.211)	(60.302)	(53.906)	(47.167)
272.657	264.930	252.470	243.086	
Mensalidades - Pós-Graduação	102.020	96.730	89.759	81.878
Bolsas de Estudo - Pós-Graduação	(39.606)	(32.297)	(29.261)	(26.196)
62.414	64.433	60.498	55.682	
Mensalidades - COGEEA	41.987	40.758	42.365	40.867
Bolsas de Estudo - COGEEA	(3.144)	(3.032)	(3.059)	(2.978)
38.843	37.726	39.306	37.889	
Receitas Líquidas Educacionais				
Receitas Hospitalares	49.927	49.191	38.537	39.386
Outras Receitas	29.158	25.384	15.359	17.014
Recelta Operacional Líquida	452.999	441.664	406.170	393.057
Custos/Despesas				
Custos com educacionais e hospitalares	(228.690)	(230.628)	(219.363)	(208.123)
Superávit Bruto	224.309	211.036	186.807	184.934
Despesas Operacionais				
Salários, Férias e Encargos Sociais	(108.118)	(108.316)	(100.316)	(95.586)
Despesas com Serviços de Terceiros	(29.557)	(28.712)	(27.710)	(25.973)
Despesas com Materiais de Uso e Consumo	(5.075)	(5.545)	(4.813)	(5.286)
Despesas Administrativas e com pesquisa	(21.371)	(18.654)	(20.298)	(18.177)
(163.921)	(161.227)	(153.137)	(145.022)	
Resultado Operacional antes das Indenizações, PDD, Contig. Judiciais e Resultado Financeiro				
	60.388	49.809	33.670	39.912
AVISO Prévio e Indenizações	(10.005)	(11.465)	(4.523)	(2.840)
Depreciações/Amortizações	(10.323)	(7.222)	(8.271)	(6.947)
Resultado Financeiro	(21.986)	(20.574)	(13.877)	(14.640)
Diferenças Salariais	(214)	(1.032)	(1.190)	(1.088)
Perdas com Alienação de Bens	-	(2)	(5)	(4)
Despesas com Processos Judiciais e Devedores Duvidosos	14.860	(8.224)	(5.454)	(19.796)
Outras Receitas/Despesas Líquidas Operacionais	34.311	(304)	(34)	(196)
6.643	(48.823)	(33.354)	(45.511)	
Resultado do Exercício				
	67.031	986	316	(5.599)

Conforme demonstrado no quadro acima, e com base nas informações das Demonstrações Financeiras, em 2015 a Fundação manteve a geração de superávit líquido, e continua gerando resultados operacionais positivos, possibilitando a continuidade da amortização de dívidas contraídas em períodos anteriores. A instituição entende que a manutenção desse patamar de resultado operacional aponta para constante planejamento e eficaz administração para enfrentar o futuro, capazes de manter e consolidar o bom desempenho na educação superior que se apresenta cada vez mais competitiva.

A receita líquida de 2015 foi de R\$ 453,0 milhões e apresenta uma elevação de 2,57% quando comparada com o período imediatamente anterior, porém se destaca o aumento de R\$ 27,3 milhões no montante de bolsas de estudo concedidas aos alunos de Graduação, Pós-Graduação e educação continuada. No período continuamos a melhorar nosso resultado operacional líquido R\$ 60,3 milhões (49,8 milhões em 2014) que demonstra a continuidade no crescimento e na busca pela sustentabilidade econômica e financeira da Fundação. A melhoria na captação de receitas possui um reflexo direto com o aumento do resultado operacional da instituição.

Para mantermos os níveis de resultado operacional, em volume suficiente para manutenção das atividades, amortização da dívida, investimentos e, principalmente, a continuidade do processo de sustentabilidade é necessária a manutenção das medidas de controle financeiro e operacional já tomadas.

No âmbito operacional, a instituição continuará a implementação das medidas de adequação da estrutura operacional e de custos ao atual volume de matrículas, compatibilizando-as através das premissas contidas no orçamento para o ano de 2016.

A Fundação manterá em 2016 os procedimentos iniciados em anos anteriores que visem à obtenção de êxito em negociações complexas de passivos contingentes, especialmente aqueles registrados para causas trabalhistas.

Também em 2015 houve uma reversão de mais de 50 milhões no mês de setembro nas provisões de processos tributários referente ao PIS, onde o processo mudou de estatus de provável para possível, além do reconhecimento do acordo estabelecido relativo às diferenças salariais de 2005, juntamente com a provisão de contingenciamento de tributos municipais.

No último trênis a instituição atingiu resultado líquido superavitário, fato este que evidencia que a Fundação manteve o foco em seu controle orçamentário, demonstrando a eficácia em seus controles econômicos e financeiros.

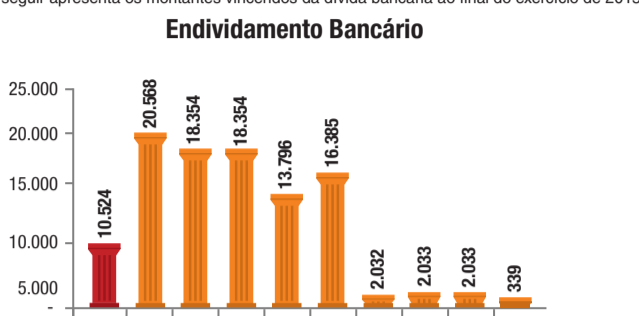
O endividamento bancário, necessário no início do processo de reestruturação, teve a seguinte evolução:

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Valor do endividamento	121.558	107.321	91.870	109.133	98.930	92.563	93.138	106.236	104.418
Taxa média (a.a.)	17,45%	17,41%	14,72%	16,07%	16,60%	15,08%	13,72%	15,43%	18,22%
Vencimento final	2014	2014	2014	2014	2016	2017	2021	2021	2025

Em 2015 a Fundação, dando continuidade ao seu planejamento financeiro, obteve êxito na reestruturação de suas dívidas através de captação de recursos junto ao BNDES, que serão destinados para melhorias de sua infraestrutura e seu parque tecnológico, bem como, para amortizar dívidas contraídas junto às instituições financeiras privadas.

O gráfico a seguir apresenta os montantes vincendos da dívida bancária ao final do exercício de 2015:

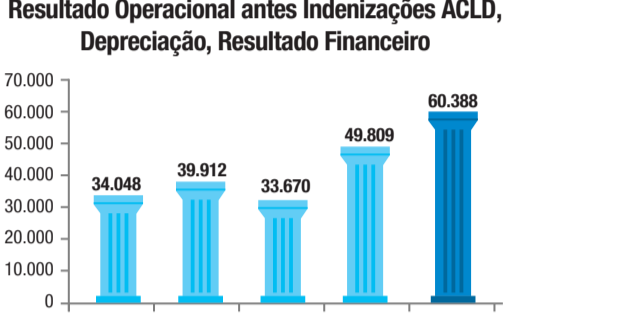
Endividamento Bancário



A manutenção do resultado operacional em níveis positivos permite à instituição honrar compromissos assumidos e ainda arcar com o pagamento dos encargos financeiros dessa dívida.

A seguir, demonstramos os resultados operacionais gerados pela Fundação nos últimos exercícios sociais:

Resultado Operacional antes Indenizações ACLD, Depreciação, Resultado Financeiro



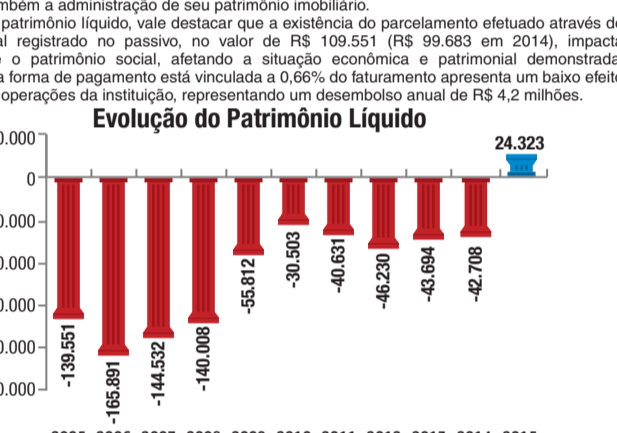
Estes resultados contribuem para que a Fundação consiga honrar seus compromissos juntos aos credores, bem como investir em melhorias de infraestrutura de seus campi.

A efetivação e o monitoramento do planejamento estratégico organizacional e a busca de medidas que possibilitem o melhor controle dos gastos (investimentos, custos e demais despesas) no médio e longo prazo promove a continuidade dos resultados operacionais e líquidos positivos.

A evolução do patrimônio líquido indica que no ano de 2015 a Fundação conseguiu reverter à situação de passivo a descoberto. Essa reversão é oriunda de grandes esforços dispendidos pela Administração no tocante a melhorias em seus processos de gestão, no monitoramento e no controle que aperfeiçoou a utilização dos recursos (humanos, tecnológicos e materiais) sem perder a sua excelência e qualidade. Destaca-se também a administração de seu patrimônio imobiliário.

Além sobre o patrimônio líquido, vale destacar que a existência do parcelamento efetuado através do REFINSA Federal registrado no passivo, no valor de R\$ 109.551 (R\$ 99.683 em 2014), impacta negativamente o patrimônio social, afetando a situação econômica e patrimonial demonstrada. Entretanto, sua forma de pagamento está vinculada a 0,66% do faturamento apresenta um baixo efeito financeiro nas operações da instituição, representando um desembolso anual de R\$ 4,2 milhões.

Evolução do Patrimônio Líquido



Considerações Finais

Compatibilizar o trinômio composto pela sustentabilidade econômica, qualidade acadêmica e compromisso social, continua sendo o grande desafio que envolve a gestão da Fundação São Paulo e da sua Universidade.

Os professores da PUC-SP trabalham sob o regime de um contrato diferenciado das outras universidades privadas. Todo o professor da PUC-SP dispõe de horas para pesquisa e produção científica, além das aulas, gerando uma condição de trabalho e remuneração maiores que aquelas estabelecidas pelo sindicato da categoria. É este diferencial que faz da Universidade, referência nacional e internacional no mundo acadêmico.

A Fundação São Paulo, mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, conforme preconiza seu estatuto, não tem fins lucrativos, e aplica integralmente seu resultado operacional na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais, e assume firmemente diretrizes de sustentabilidade mantendo sua identidade de excelência acadêmica e compromisso social.

Com 70 anos de existência, a instituição apresenta um passado digno e comprometido com a sociedade brasileira e um futuro promissor caracterizado pelo compromisso social e pela qualidade e excelência acadêmica, conquistadas com a busca contínua da convergência entre interesse, compromisso e virtude, que fazem de suas atividades um fator de desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do país, semeando terreno fértil para seu próprio crescimento.

Construir e consolidar são os verbos que pautarão nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de fevereiro de 2016.

Secretaria Executiva da Fundação São Paulo

Mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Demonstração do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015

	Nota explicativa	2015	2014
Receita Operacional Líquida	21	452.999	441.664
Custo do Serviço Prestado	22	(228.690)	(230.628)
Superávit Bruto		224.309	211.036
Despesas Operacionais			
Com pessoal	23	(118.338)	(120.812)
Gerais e administrativas	24	(24.985)	(22.435)
Com serviços de terceiros	25	(29.357)	(28.712)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e glosas		(1.171)	497
Provisão e despesas para contingências judiciais		16.032	(8.720)
Depreciações		(10.323)	(7.223)
Pesquisas e desenvolvimento científico		(1.461)	(1.766)
Outras receitas (despesas), líquidas	9	34.311	(304)
Total despesas operacionais		(135.292)	(189.475)
Superávit Operacional antes do Resultado Financeiro		89.017	21.561
Receitas financeiras	26	14.510	12.581
Despesas financeiras	26	(36.498)	(33.156)
Superávit do Exercício		67.031	986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015

	2015	2014
Superávit do exercício	67.031	986
Outros resultados abrangentes	-	-
Superávit abrangente total do exercício	67.031	986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Valores recebidos dos clientes	411.091	411.364
Pagamentos de obrigações sociais e trabalhistas	(314.029)	(310.722)
Pagamentos a fornecedores de materiais e serviços	(102.320)	(88.438)
Pagamentos de obrigações, impostos, taxas e tributos	(7.841)	(5.638)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações	(13.099)	6.566
Outros recebimentos/pagamentos	3.429	3.240
Reccebimentos de aluguéis	866	2.777
Reccebimentos de subvenções	544	996
Reccebimentos de doações	6.905	6.072
Outros recebimentos	10.765	9.432
Juros pagos	(167)	(213)
Despesas bancárias pagas	(1.455)	(1.509)
Pagamentos de depósitos e processos judiciais	(8.348)	(9.634)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(560)	17.727
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Compras de imobilizado	(5.656)	(4.529)
Compras de intangível	(665)	(181)
Resgates/Aplicações financeiras de longo prazo	(399)	(1.202)
Reccebimento na venda de ativo imobilizado	-	84
Juros recebidos	8.117	5.631
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	1.407	(197)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(17.323)	(14.788)
Amortização de empréstimos e financiamentos	(79.793)	(2.901)
Captação de empréstimos e financiamentos	78.041	16.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(19.075)	(1.689)
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.228)	15.841
Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa		
No início do exercício	46.850	31.009
No final do exercício	28.622	46.850
Aumento (Redução) no Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	(18.228)	15.841

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de reais - R\$)

1. Informações sobre a Fundação

1.1. Contexto operacional

A Fundação São Paulo ("Fundação") é uma entidade sem fins lucrativos, reconhecimento filantrópica, instituída em 1945, e mantenedora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, fundada em 13 de agosto de 1946, e do Hospital Santa Lucinda ("HSL"), fundado em 1950.

A Fundação cumpre seus objetivos sociais aplicando integralmente no País os recursos financeiros por ela gerados em ensino, pesquisa e assistência social, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com destacada atuação nas áreas social, de saúde, educação, pesquisa e cultura.

Para manter-se como uma fundação sem finalidade de lucro, as seguintes condições devem ser seguidas pela Fundação, as quais estão sendo rigorosamente cumpridas:

- a) Não remunerar, por nenhuma forma, seus dirigentes pelos serviços prestados.
- b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão.
- d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, assim como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial.

e) Apresentar, anualmente, a declaração de rendimentos.

Unidade educacional - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP

Seus objetivos principais são:

- A assistência social desenvolvida por meio de programas de inclusão, desenvolvimento e transformação.
- A formação de profissionais técnicos e científicos de nível superior, pós-graduação e extensão universitária, abertos aos valores de cooperação responsável, da justiça e da dignidade humana, sensíveis aos problemas do País e às implicações de sua profissão.
- Outras atividades de caráter cultural, social, filantrópico e de pesquisa científica.

Entre as principais atividades desenvolvidas destacam-se os cursos de graduação, pós-graduação, especialização e extensão universitária, os diversos núcleos de pesquisa, a participação no desenvolvimento e acompanhamento de políticas públicas, os programas e projetos sociais e o atendimento clínico e hospitalar.

A PUC-SP conta com seis campi universitários, sendo quatro localizados no município de São Paulo: Perdizes, Consolação, Ipiranga e Santana e dois no interior: Sorocaba e Barueri.

Unidade hospitalar - Hospital Santa Lucinda ("HSL")

O Hospital está localizado na Rua Cláudio Manoel da Costa, 57 - Jd. Vergueiro, na cidade de Sorocaba - SP, e foi fundado em 1950, quando o Dr. José Ermirio de Moraes doou uma área pertencente ao Grupo Votorantim para abrigar a Escola de Enfermagem e Faculdade de Medicina de Sorocaba. Em 1977, o HSL passou a fazer parte da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde da PUC-SP, mantida pela Fundação. Atualmente, o HSL possui parceria com o governo municipal de Sorocaba, trabalhando, também, de modo particular e por meio de operadores de planos de saúde.

A administração da Fundação São Paulo, fundação de direito privado, filantrópica e de natureza comunit

atividades próprias da Fundação, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03, com a Medida Provisória nº 2.158-35/2001 e o Decreto Federal nº 4.524/2002.

(v) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU
A Fundação possui conhecimento de imunidade de ISS e IPTU deferido por parte da Prefeitura do Município de São Paulo até o exercício de 2015, cujos despachos de deferimento foram publicados no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. A partir do exercício de 2015, inclusive, a imunidade passou a ser atestada por meio da Declaração de Imunidade Tributária emitida por meio do Sistema de Declaração de Imunidades - SDI, da Prefeitura Municipal de São Paulo/Secretaria de Finanças e Desenvolvimento Econômico, instituída pelo Decreto municipal nº 56.141/2015 e disciplinada pela Instrução Normativa Secretária de Finanças e Desenvolvimento Econômico nº 07/2015.

A situação da Fundação em São Paulo no que tange aos impostos de competência municipal é atestada pela Declaração nº 2015-001211/CP01, com vigência de 24/12/2015 a 31/01/2016, retificada por meio da Declaração nº 2016-000182/CM01, com vigência de 13/01/2016 a 31/12/2017.

(vi) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
A Fundação São Paulo, por ser detentora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS vigente, é imune ao recolhimento da contribuição previdenciária patronal. Em contrapartida, a legislação exige que a Instituição invista 20% (vinte por cento) dos recursos recebidos de atividades de ensino em gratuidades (bolsas de estudo). A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 29.

(vii) Benefícios do Programa Universidade para Todos - PROUNI
O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/2004, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/2005, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/2005, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos.

A gestão do PROUNI cabe ao MEC, com o qual a Fundação firmou Termos de Adesão para cada um dos campi (o do Monte Alegre fora firmado em novembro/2014, para vigorar a partir do 1º semestre/2005), com prazo de vigência de 10 (dez) anos. Com o término dessa vigência, foram firmados em dezembro de 2014, para início da vigência no 1º semestre de 2015, Termos de Renovação de Adesão para todos os campi, por igual período de 10 (dez) anos, conforme disposto no art. 5º, §1º, da Lei Federal nº 11.096/2005. A Fundação utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

1.3. Situação patrimonial e financeira
Conforme apresentado nas demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2015, a Fundação, dando continuidade ao plano de melhoria da situação patrimonial e financeira, apresenta capital circulante líquido positivo R\$7.833 (R\$15.378 negativos em 31 de dezembro de 2014) e patrimônio líquido positivo R\$24.323 (R\$42.708 negativos em 31 de dezembro de 2014), como resultado da ocorrência de eventos favoráveis não recorrentes, descritos nas notas explicativas nºs 9 e 19. Os planos da Administração para manter o equilíbrio de sua situação patrimonial são:

(i) Expandir a receita pela captação de novos alunos.
(ii) Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos.
(iii) Corrigir as menssaldades a fim de estar alinhada aos índices de atualização dos principais custos da instituição.
(iv) Reduzir as despesas e os custos com pessoal.
(v) Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando, semestralmente, quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados.
(vi) Manter o parcelamento dos tributos federais pelo REFINIS I, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Fundação.
(vii) Reduzir os encargos financeiros através da captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes.
(viii) Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento.
(ix) Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência.
(x) Ofertar novas fontes de financiamento privado estudantil aos alunos que se encontram com dificuldade financeira.
(xi) Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros de forma a agilizar as rotinas internas.

(xii) Ampliar o nível de controle dos recursos pertencentes à Fundação.
(xiii) Manter práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.
(xiv) Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos.
(xv) Investir em melhorias de infraestrutura nos diversos campi, bem como no Hospital Santa Lucinda. O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Fundação, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários, bem como a redução dos custos operacionais e bancários.

Durante o exercício de 2015, foi realizada com significativo sucesso a alteração do perfil da dívida bancária, alongada com a captação de recursos financeiros junto ao BNDES e redução dos juros obtida junto às instituições financeiras privadas e incidentes sobre contratos antigos. Além disso, diversas ações, como as descritas acima, no sentido de manter o equilíbrio econômico e financeiro, vêm sendo tomadas, no contexto da sólida gestão da Fundação, as quais continuarão sendo executadas ao longo de 2016, permitindo que a Fundação tenha o melhor equilíbrio de caixa e, com isso, recupere sua capacidade de investimento, possibilitando a continuidade e o aumento dos investimentos na qualificação contínua do seu quadro de colaboradores e instalações físicas.

A Administração da Fundação acredita que todas essas medidas trarão os resultados esperados e proporcionarão a equalização do fluxo financeiro de curto, médio e longo prazos.

2. Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras

2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras da Fundação foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Base de mensuração
As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir.

2.3. Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira
A moeda funcional da Fundação é o real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.4. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudo concedidas
A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 21).

(i) Prestação de serviços educacionais
A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Associação e quando possa ser mensurada de forma confiável.

As receitas com contribuições dos alunos (menssaldades) são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios levando-se em consideração os períodos de referência.

As receitas incluem menssaldade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), menssaldades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em concursos e vestibulares.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)
As bolsas concedidas foram calculadas com base na totalidade das receitas efetivamente recebidas, incluindo ainda os créditos públicos provenientes do Financiamento Estudantil - FIES e financiamento estudantil, atendendo às determinações da Lei nº 12.101/09 (com as alterações advindas da lei 12.868/13), do Decreto Federal nº 2.536/98 e da Lei nº 11.096/05 que introduziu o PROUNI, bem como a legislação pertinente à filantropia. Os benefícios concedidos como gratuidade são reconhecidos pelo valor efetivamente praticado e de forma segregada das receitas a que se referem.

Alteração na legislação do FIES
Em dezembro de 2014, o MEC definiu as portarias normativas nº 21 e nº 23 que modificam principalmente o fluxo de pagamentos às instituições educacionais reduzindo a quantidade anual de repasses pelo MEC, além de impor novas regras de pontuação mínima sobre o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM para os alunos ingressantes a partir de março de 2015. O principal impacto medido pela Instituição refere-se ao desconto de 5,0% (cinco por cento) instituído pelo Governo para o repasse do crédito.

(iii) Procedimentos médicos concluídos são finalizados, revisados e enviados ao seu destinatário final (particular ou plano de saúde), sendo reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Os procedimentos médicos que se encontram em curso e não podem ser finalizados, até o encerramento das demonstrações financeiras, são avaliados e quantificados, sendo reconhecidos pelo regime de competência.

(iv) Receita de juros
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro, ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

(v) Subvenções e doações
As receitas oriundas de subvenções e doações são registradas conforme determina a ITG 2002 (entidades sem fins lucrativos), mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos e cumpridas todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção.

(vi) Receita diferida - matrículas
As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência desse tratamento, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.5. Instrumentos financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Fundação for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros são acrescidos ao custo amortizado do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial.

2.5.1. Ativos financeiros
Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nas categorias descritas acima.

Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o efeito do desconto com base na taxa de juros efetiva é imaterial.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nesta categoria: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, bolsas restituíveis e outras contas a receber.

Investimentos mantidos até o vencimento
Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Fundação tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

A Fundação tem os seguintes ativos financeiros classificados nesta categoria: aplicações financeiras e investimento.

2.5.2. Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros. A Fundação determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros classificados nas categorias descritas acima.

Outros passivos financeiros
Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A Fundação tem os seguintes passivos financeiros classificados nesta categoria: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras
a) Caixa e equivalentes de caixa
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Fundação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Aplicações financeiras
Os recursos classificados como títulos e valores mobiliários referem-se a valores aplicados com vencimento superior a 90 (noventa) dias e que não possuem perspectiva de serem utilizados pela Administração antes dos vencimentos previamente estabelecidos.

2.8. Contas a receber
Apresentadas aos valores de realização, deduzidos do ajuste para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base na análise dos riscos de realização das contas a receber.

As contas a receber são segregadas e compostas pelos segmentos educacional (menssaldades, acordos celebrados com estudantes de menssaldades vencidas e em cobranças judiciais) e hospitalar (procedimentos médicos a receber de convênios ou particulares).

2.9. Estoque
Os estoques referem-se aos medicamentos e materiais médico-hospitalares utilizados na prestação de serviços de saúde no Hospital Santa Lucinda (HSL) e são mensurados pelo menor valor entre o custo

e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando o método da média ponderada móvel e, em geral, compreende materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo e outros produtos relacionados à atividade hospitalar.

Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados.

2.10. Imobilizado
Terrenos e edificações compreendem, principalmente, as unidades educacionais e o complexo hospitalar onde são desenvolvidas as operações da Fundação, os quais são demonstrados pelo valor de custo, deduzidos da depreciação acumulada. Os demais bens estão apresentados ao custo histórico de aquisição, acrescidos dos gastos necessários à entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens cujos custos subsequentes são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em uma conta de resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Descrição	Anos	Taxa de depreciação anual
Edificações	25 a 64 anos	4,0% a 1,56%
Máquinas e equipamentos	10 anos	10,0%
Móveis e utensílios	10 anos	10,0%
Equipamentos de informática	5 anos	20,0%
Ferramentas	10 anos	10,0%
Biblioteca	10 anos	10,0%
Instalações	10 anos	10,0%
Benefitorias em imóveis próprios	25 a 64 anos	4,0% a 1,56%
Benefitorias em imóveis de terceiros	5 anos	20,0%
Equipamentos hospitalares	5 a 20 anos	20,0% a 5,0%
Veículos em uso	7 anos	14,28%
Enxoval hospitalar	3 anos	33,34%

A vida útil dos ativos é revisada nas datas de encerramento dos exercícios, não tendo ocorrido alterações significativas em relação à vida útil estimada no exercício anterior.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

2.11. Intangível - softwares
Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada de dez anos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.12. Provisões
2.12.1. Geral
Provisões são reconhecidas quando a Fundação tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

2.12.2. Provisões para riscos judiciais
A Fundação é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais, para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Vide nota explicativa nº 3.2.a).

2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa
As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.14. Normas e interpretações novas e revisadas
Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente. No exercício corrente, a Fundação aplicou novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

• Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013
Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas.
A Fundação não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

Norma
Aplicação obrigatória

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros
1º de janeiro de 2018

IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes
1º de janeiro de 2018

IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil
1º de janeiro de 2019

Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) -
"Eslarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis" 1º de janeiro de 2016

Melhorias Anuais nas IFRSs: Ciclo 2012-2014
1º de janeiro de 2016

Modificações às IAS 1/CPC 26 (R1) - Iniciativa de Divulgação
1º de janeiro de 2016

O CPC ainda não editou todos os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade - CFC de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Fundação ainda não avaliou as novas normas, ainda não aplicadas, mas não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

3. Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas

3.1. Julgamentos
A preparação das demonstrações financeiras da Fundação requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requirem um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

3.2. Estimativas e premissas
As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas nas datas de encerramento dos exercícios, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício, são discutidas a seguir:

a) Provisões para riscos judiciais
A Fundação reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

b) Revisão da vida útil dos ativos imobilizados e intangíveis
Os ativos imobilizados e intangíveis são depreciados e amortizados com base no método linear, considerando as taxas que se aproximam da vida útil-econômica dos bens, anualmente revisadas.

A Fundação avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2015.

c) Ajuste para créditos de liquidação duvidosa
Constituindo em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência da provisão sobre as contas a receber de alunos e pacientes, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos sem garantia real e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada provisão nas demonstrações financeiras em montante suficiente para cobertura da perda provável.

A Fundação manteve, no exercício de 2015, os mesmos critérios do exercício anterior referentes à constituição de provisão para perdas na realização de créditos, que consistem em:

- Cheques devolvidos e notas promissórias - 100% para os títulos registrados nessas rubricas.
- Unidade educacional:

- Títulos vencidos há mais de 361 dias - 100% dos saldos.
- Títulos vencidos entre 181 a 360 dias - é aplicado o percentual de 20% sobre o saldo dos títulos existentes nesse intervalo de vencimento.

- Unidade hospitalar:
- Títulos vencidos há mais de 361 dias - 100% dos saldos.

Mesmo existindo os critérios anteriormente mencionados, a Fundação revisa periodicamente sua carteira de recebíveis, buscando avaliar a existência de possíveis valores não enquadrados nos referidos critérios que devam ser considerados na provisão para créditos de liquidação duvidosa.

(d) CEPAC (Certificados de Potencial Adicional de Construção)
Este direito é um título ao portador e pode ser comercializado no chamado "mercado secundário", e atende a premissa de expectativa de geração de benefício econômico para a Fundação. O valor apresentado nas demonstrações financeiras indica a expectativa da Administração da Fundação quanto à sua realização, em conjunto com os esforços de negociação deste título para o qual, quando efetivamente negociado, prevalecerá o valor de mercado na data de cada negociação.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Descrição
2015 2014

Recursos não vinculados:
Caixa e bancos 1.942 2.285

Aplicações financeiras (i) 12.881 31.842

14.823 34.127

Recursos vinculados:
Aplicações financeiras (ii) 13.799 12.723

13.799 12.723

Total 28.622 46.850

(i) Referem-se a aplicações financeiras compromissadas, de alta liquidez e que podem ser prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, não sendo vinculadas a operações de risco e são remuneradas à taxa que varia entre 92% e 97% do CDI.

(ii) Recursos vinculados
Composição dos recursos vinculados

2015 2014

Alienação de imóvel da Fundação São Paulo (a) 10.461 9.233

Convênio Emenda parlamentar (b) 890 1.041

Convênio Pró-Saúde São Paulo (c) 152 437

Convênio Pró-Equipamentos IES Comunitárias (d) 268 293

Convênio FINEP 888 589

Outros projetos 1.140 1.130

Total 13.799 12.723

(a) Alienação de imóvel da Fundação São Paulo - recursos originados da venda de imóvel pertencente à Fundação, os quais foram aplicados em operações de renda fixa que possuem liquidez imediata. Sua utilização para qualquer finalidade deve ser precedida de autorização interna do Conselho Superior.

(b) Convênio-Emenda Parlamentar - as emendas parlamentares referem-se às verbas recebidas do Ministério da Saúde, por intermédio de convênios, para a aquisição de equipamentos hospitalares.

(c) Convênio Pró-Saúde São Paulo - refere-se à verba recebida do Ministério da Saúde, por intermédio de convênio, para a aquisição de equipamentos e materiais para qualificação de profissionais de saúde dos cursos de Ciências Biológicas e Enfermagem.

(d) Convênio-Pró-Equipamentos IES Comunitárias - convênio com o MEC para melhorias de infraestrutura nos programas de pós-graduação, para aquisição de equipamentos que beneficiarão as pesquisas desenvolvidas pela Fundação.

5. Contas a Receber de Alunos e Hospital

Descrição
2015 2014

Unidade educacional:
Contas a receber graduação 33.102 30.102

Cheques devolvidos 2.152 2.192

Notas promissórias 1.753 1.790

Negociações de débito 13.414 12.620

Subtotal 50.421 46.704

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (28.703) (25.401)

Total 21.718 21.303

Unidade hospitalar -
Créditos hospitalares 16.215 12.779

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (1.669) (2.381)

Subtotal 14.546 10.398

Total 36.264 31.701

Classificado como:
Circulante 34.101 29.296

Não circulante 2.163 2.405

5.1. Composição por vencimento - Unidade educacional

Descrição
2015 2014

Títulos a vencer 5.164 5.863

Vencidos até 30 dias 4.211 3.426

Vencidos de 31 a 60 dias 2.151 1.948

Vencidos de 61 a 90 dias 1.944 1.549

12.3. Indicadores financeiros a serem atendidos

Em decorrência da captação dos empréstimos anteriormente mencionados, a Fundação precisa manter índices financeiros relacionados ao EBITDA (sigla em inglês para *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), ajustado conforme condições específicas descritas nos respectivos documentos firmados com as instituições financeiras, conforme abaixo descrito:

- Relação entre EBITDA e receita líquida superior a 10%, a partir do exercício de 2014; e
- Relação entre dívida financeira líquida e EBITDA menor ou igual a 3,0, a partir do exercício de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, a Fundação atendeu aos indicadores acima referidos.

13. Salários, Férias e Encargos Sociais a Pagar

	2015	2014
Salários a pagar	12.680	16.013
Férias a pagar e encargos a recolher	11.771	11.572
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS a recolher	2.380	2.312
INSS a recolher	1.035	1.004
IRRF sobre folha de pagamento	9.845	8.798
Outras obrigações com pessoal	538	605
Total	38.249	40.308

14. Diferenças Salariais a Pagar

Descrição	Saldo em 2014	Atualização monetária	Adições/reversões	Baixas	Saldo em 2015
Dissídio 2004	42	-	-	(3)	39
Dissídio 2005	14.176	491	223	(14.890)	-
Total	14.218	491	223	(14.893)	39

As diferenças salariais e encargos a pagar referem-se às parcelas que deveriam ter sido pagas aos funcionários e docentes em períodos anteriores, em virtude de previsões das Convenções Coletivas de Trabalho, mas que, por diversos fatores, não foram incorporadas aos salários às épocas. Tais valores são provisionados, acrescidos de atualizações monetárias e reflexos de encargos sociais desde os respectivos períodos aquisitivos até as datas de encerramento dos exercícios.

Em 2010, a Fundação propôs a celebração de acordo extrajudicial aos docentes para quitação de valores relativos ao reajuste salarial previsto na norma coletiva não aplicado na ocasião. A adesão a esse acordo foi feita de forma individualizada. Dos 1.387 docentes que constituíram esse passivo, 1.119 docentes efetuaram o acordo no período de 2010 a 2012. Paralelamente, o Sindicato dos Professores de São Paulo propôs reclamação trabalhista em face da FUNDASP (processo 00925.2010.076.02.009) pleiteando o pagamento do referido reajuste em favor dos professores. Em 2015, após negociação com o Sindicato, a Fundação realizou acordo com o SINPRO, para pagamento deste passivo, no total de R\$30.000, no prazo de 120 meses, conforme mencionado na nota explicativa nº 17.

As obrigações relativas ao exercício de 2014 referem-se à dívida com os docentes que se encontram afastados e que será quitada quando do seu retorno ao desligamento.

15. Tributos Parcelados

	2015	2014
FGTS parcelado (a)	28.396	29.801
REFIS Federal (b)	109.551	99.683
PPI municipal (c)	4.177	-
FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/01 (d)	2.635	2.738
REFIS - Lei nº 11.941/09	1.457	1.215
Total	146.216	133.437
Circulante	6.864	6.121
Não circulante	139.352	127.316

Em 30 de março de 2000, a Fundação formalizou junto à Caixa Econômica Federal um Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento para os débitos de FGTS (atinentes ao depósito mensal de 8% da remuneração paga no mês anterior a cada trabalhador), englobando débitos de ago/1986 a fev/2000, em 180 parcelas. Esse débito fora objeto de parcelamento, pela assinatura de novo Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento, em 09 de novembro de 2007, englobando débitos de out/1988 a fev/2000, em 240 parcelas. Em 31 de dezembro de 2015 restavam 123 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2015	2014
Pagamento estimado em 2016	2.748	2.554
Pagamento estimado em 2017	2.748	2.554
Pagamento estimado em 2018	2.748	2.554
Pagamento estimado em 2019	2.748	2.554
Pagamento estimado após 2019	17.404	19.585
Total	28.396	29.801

A Fundação encontra-se adimplente com o parcelamento assumido com a Caixa Econômica Federal.

b) REFIS
O Programa de Recuperação Fiscal (REFIS - I) destinou-se a promover a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições, administrados pela Secretaria da Receita Federal - SRF e pelo INSS, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajustados ou a ajustar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive aqueles decorrentes da falta de recolhimento de valores devidos. A Fundação possui débitos incluídos nesse programa, cuja Lei instituidora, de nº 9.964/2000, foi publicada em 11/04/2000, tendo a adesão da FUNDASP sido efetivada em 29/04/2000.

Conforme previsto na legislação do REFIS-I, a Fundação recolheu mensalmente o valor correspondente a 0,3% (três décimos por cento) de seu faturamento bruto do mês imediatamente anterior à título de pagamento do parcelamento especial (REFIS). O saldo devedor é atualizado mensalmente por meio da variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. Durante o exercício de 2015 foi recolhido o montante de R\$4.267 (R\$1.419 em 2014) e apurados juros sobre o saldo devedor no valor de R\$2.806 (R\$3.931 em 2014). A partir de janeiro de 2015, o recolhimento passou a ser feito no montante de 0,66% (sessenta e seis centésimos por cento) desse faturamento. Conforme proposta da Receita Federal do Brasil, a partir de agosto de 2015, iniciou-se uma nova sistemática de cálculo das parcelas, apuradas da seguinte forma: saldo devedor no mês dividido pela quantidade de meses restantes para se completarem 50 anos, respeitada a parcela mínima de R\$ 266.615,45.

A perspectiva de desdobramento financeiro para os próximos exercícios, tomando como base a média de pagamento dos últimos dois exercícios, encontra-se demonstrada a seguir:

	2015	2014
Pagamento estimado em 2016	3.206	3.168
Pagamento estimado em 2017	3.206	3.168
Pagamento estimado em 2018	3.207	3.168
Pagamento estimado em 2019	3.207	3.168
Pagamento estimado após 2019	96.725	87.011
Total	109.551	99.683

Todas as exigências previstas na legislação do REFIS-I para manutenção desse parcelamento especial estão sendo cumpridas pela Fundação. Em 2015, a Fundação equalizou a provisão deste passivo com o extrato de débitos da Secretaria da Receita Federal que estava divergente devido à consolidação de débitos em duplicidade. A Fundação move uma ação administrativa para regularizar essa situação, não tendo ocorrido a finalização deste processo até a data do presente relatório.

c) PPI municipal
A Fundação aderiu ao PPI - Programa de Parcelamento Incentivado da Prefeitura do Município de São Paulo em dezembro de 2015, em que o saldo foi dividido em 120 parcelas corrigidas mensalmente pela taxa Selic. Em 31 de dezembro de 2015, restavam 119 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2015	2014
Pagamento estimado em 2016	421	421
Pagamento estimado em 2017	421	421
Pagamento estimado em 2018	421	421
Pagamento estimado em 2019	421	421
Pagamento estimado após 2019	2.493	2.493
Total	4.177	4.177

d) FGTS parcelado - Lei Complementar nº 110/01
A Instituição formalizou também junto à Caixa Econômica Federal, em 14 de novembro de 2007, outro Termo de Confissão de Dívida e Compromisso de Pagamento das Contribuições Sociais da Lei Complementar nº 110/2001 (10% sobre o montante dos depósitos na dispensa sem justa causa e 0,5% sobre a remuneração devida a cada trabalhador), englobando débitos de jan/2002 a abr/2005, em 240 parcelas.

Em 31 de dezembro de 2015 restavam 143 parcelas a pagar, compostas da seguinte forma:

	2015	2014
Pagamento estimado em 2016	221	212
Pagamento estimado em 2017	221	212
Pagamento estimado em 2018	221	212
Pagamento estimado em 2019	221	212
Pagamento estimado após 2019	1.751	1.890
Total	2.635	2.738

16. Mensalidades Antecipadas

	2015	2014
Mensalidades antecipadas	11.351	10.428
Outras receitas antecipadas	1.264	2.256
Total	12.615	12.684

Nesta rubrica, são registrados os valores dos planos de pagamento do curso em prazo inferior à sua duração, somados às antecipações de matrículas para cursos que se iniciam no ano seguinte, daqueles alunos que escolheram pagar o curso em tempo inferior ao de sua duração.

17. Processos Judiciais a Pagar

	2015	2014
Acordo judicial - Diferenças salariais (a)	26.433	-
Outros acordos judiciais	2.315	4.026
Total	28.748	4.026

Classificado como:

Circulante	5.155	3.604
Não circulante	23.593	422

a) Esses valores referem-se a acordos judiciais celebrados pela Fundação. Em abril de 2015, a Fundação celebrou acordo judicial proveniente de obrigações trabalhistas oriundas de diferenças salariais, em função de não aplicação de dissídio coletivo relativo ao ano de 2005. Em 31 de dezembro de 2015, restavam 111 parcelas a serem pagas pela Fundação.

18. Outras Contas a Pagar

	2015	2014
Mensalidades a restituir	2.534	2.042
Recursos de projetos em execução (a)	3.338	4.171
Valores a repassar	1.163	1.181
Contratos de permuta	746	1.092
Outros valores a pagar	1.256	1.513
Total	9.037	9.999

a) Esses recursos são provenientes de entrada de recursos que para serem reconhecidas como receita precisam obrigatoriamente serem confrontadas com as despesas.

19. Provisões para Riscos Judiciais

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e instâncias administrativas, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, civis e outras.

A Administração, com base em informações transmitidas pelos escritórios terceirizados que prestam serviços advocatícios e patrocinam as ações em que a FUNDASP é parte, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência advinda de casos semelhantes, constituiu provisão para cobrir as perdas prováveis estimadas com as ações em curso, conforme segue:

Descrição	2015	2014
Cíveis	1.758	(336)
Trabalhistas	23.318	(13.422)
Tributários	-	-
Total	25.076	(13.758)

19.1. Movimentação

	2014	Adições	Reversões	2015
Cíveis	1.101	657	-	1.758
Trabalhistas	24.109	-	(791)	23.318
Tributários	54.278	3.516	(57.794)	-
Total	79.488	4.173	(58.585)	25.076
Depósitos judiciais	(17.685)	(555)	4.482	(13.758)
Total	61.803	3.618	(54.103)	11.318

Em 31 de dezembro de 2015 a Fundação era parte em 537 processos em andamento, sendo 270 civis, 266 de natureza trabalhista e 17 de natureza tributária/fiscal, na condição de ré, em processos com probabilidade de perda de possível, para os quais há débitos tributários constituídos em discussão.

Secretaria Executiva		Conselho Fiscal	
José Rodolpho Perazzolo Secretário Executivo da Fundação São Paulo		Edineide Maria de Oliveira Presidente do Conselho Fiscal	
João Júlio Farias Júnior Secretário Executivo da Fundação São Paulo		Francisco de Assis Alves Membro do Conselho Fiscal	
		Walter Barelli Membro do Conselho Fiscal	

19.2. Processos Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para ações trabalhistas classificadas como de risco de perda provável era de R\$23.318 (R\$24.109 em 2014). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$13.423 (R\$14.068 em 2014).

As reclamações trabalhistas versam principalmente sobre o pagamento de complemento salarial, horas extras, indenizações, reposição de dissídios e outros, os quais a Administração julga como normais nas suas atividades. Da composição de 267 processos trabalhistas (279 em 2014) mencionados anteriormente, 203 (224 em 2014) foram considerados como de risco de perda provável ou possível, conforme demonstrado a seguir:

2015		2014		
Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	
Provável	104	23.318	137	24.109
Possível	99	35.130	87	29.879
Total	203	58.448	224	53.988

19.3. Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2015, a provisão para ações cíveis classificadas como de risco de perda provável era de R\$1.758 (R\$1.101 em 2014). Para os referidos processos, a Fundação possui depósitos judiciais constituídos no montante de R\$336 (R\$322 em 2014).

As ações de natureza cível, em sua maioria, têm por objeto: realização de matrículas; declaração de inexigibilidade de débitos de mensalidades; indenizações por cobranças indevidas ou inclusão nos órgãos de proteção ao crédito; etc. Adicionalmente, as ações em que o Hospital Santa Lucinda, mantido pela FUNDASP, é parte versam, principalmente, sobre indenizações por alegados erros médicos.

Da composição de 270 processos cíveis mencionados anteriormente, 179 foram considerados como de risco de perda provável ou possível, conforme demonstrado a seguir:

2015		2014		
Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	
Provável	65	1.758	51	1.101
Possível	123	14.465	84	12.660
Total	188	16.223	135	13.761

19.4. Processos tributários

O processo tributário existente em que a Fundação é citada como "ré" foi considerado como de risco de perda possível conforme demonstrado a seguir:

2015		2014		
Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	
Provável	-	1	54.278	
Possível (a)	1	61.049	1	12.097
Total	1	61.049	2	66.375

a) PIS sobre a folha

Por meio de Ação Declaratória de Inexistência de Relação Jurídico-Tributária com Pedido de Antecipação de Tutela nº 2000.61.00.008249-2, a Fundação obteve antecipação de tutela garantindo o não recolhimento do PIS, à alíquota de 1%, sobre a folha de pagamento desde a competência de março de 2000. No bojo dessa ação, foi ajuizada a Ação Cautelar Incidental nº 2009.03.00.035294-0, em que a Fundação São Paulo obteve liminar em outubro/2009, para suspender a exigibilidade do crédito tributário em questão, decisão que permanece vigente. Todavia, até que haja o julgamento final dessa ação, com trânsito em julgado, cabe à Fundação realizar a provisão mensal do referido débito tributário, que é declarado mensalmente com a informação de não recolhimento por decisão judicial, em face da suspensão da exigibilidade. O provisionamento mensal do débito, acrescido dos seus respectivos encargos moratórios, é feito em conta específica de provisão para contábil tributária.

Até 31 de dezembro de 2014, não havia decisão proferida como "final" que impactasse na alteração desse procedimento. Durante o exercício de 2015, em função de situação favorável a esta matéria no Supremo Tribunal Federal, a Fundação, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, passou a reconhecer a probabilidade de êxito como possível.

20. Patrimônio Líquido

Em 2015, a Fundação conseguiu reverter uma situação patrimonial adversa apresentada em anos anteriores.

Em uma eventual extinção da Fundação, o seu patrimônio remanescente será destinado à outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante ao dessa Fundação e, no caso de recusa, tal destinação será feita à fundação registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou, ainda, à fundação qualificada como organização da sociedade civil de interesse público, sempre de acordo com decisão tomada pelo voto da maioria simples dos membros do Conselho Superior (Estatuto Social, artigo 39, § 2º).

Ajuste de avaliação patrimonial
A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui a reserva de reavaliação realizada em anos anteriores, no montante de R\$97.264, e o ajuste por adoção do valor justo como custo atribuído do ativo mobilizado na data de transição do IFRS, no montante de R\$84.196. Os valores registrados nesta rubrica são reclassificados para déficits acumulados, proporcionalmente à depreciação dos ativos a que elas se referem.

21. Receita Operacional Líquida

	2015	2014
Receita da unidade educacional:		
Mensalidades, taxas e inscrições	457.239	424.422
Cursos extracurriculares	39.819	38.632
Outras receitas	23.691	23.007
Total	520.749	486.061

Deduções da receita educacional:

Bolsas de estudo filantrópicas	(70.367)	(50.331)
Bolsas de estudo assistenciais	(52.593)	(45.301)
Abatimentos concedidos sobre mensalidades	(185)	(333)
Total	(123.145)	(95.965)

Receita operacional líquida - unidade educacional
Assistência médico-hospitalar
Receita operacional líquida total

	397.604	390.996
	55.395	51.568
Total	452.999	441.664

22. Custos Diretos Educacionais e Hospitalares

	2015	2014
Unidade educacional:		
Custos educacionais - graduação e pós-graduação	(185.300)	(188.385)
Custos com cursos extracurriculares	(6.795)	(7.387)
Total	(192.095)	(195.772)

Unidade hospitalar:

Custos - materiais hospitalares	(17.149)	(17.778)
Custos com serviços hospitalares	(19.484)	(17.400)
Outros custos (Reverso/Adição)	38	(38)
Total	(36.594)	(34.856)
Total	(228.690)	(230.628)

23. Despesas com Pessoal

	2015	2014
Salários e ordenados	(74.367)	(75.342)
Férias e 13º salário	(15.571)	(15.429)
FGTS	(7.105)	(6.825)
Assistência médica	(6.058)	(4.670)
Aviso prévio e indenizações	(10.005)	(11.465)
Diferenças salariais	(214)	(1.032)
Outras despesas com pessoal	(5.018)	(6.049)
Total	(118.338)	(120.812)

24. Despesas Gerais e Administrativas

	2015	2014
Água, gás, energia elétrica e telecomunicações	(7.730)	(5.974)
Materiais (*)	(5.075)	(5.545)
Aluguéis	(5.255)	(5.645)
Expediente e gerais	(4.726)	(4.231)
Impostos e taxas	(660)	(463)
Outras despesas	(1.539)	(577)
Total	(24.985)	(22.435)

(*) Referem-se a gastos com materiais de consumo diário da Fundação, tais como materiais de escritório, higiene e limpeza, copo e cozinha e didáticos, entre outros.

25. Despesas com Serviços de Terceiros

	2015	2014
Segurança e limpeza	(14.425)	(14.

